

# Município Monchique

Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil







## Ficha Técnica do Documento

Título:	Município de Monchique   Versão Dados Reservados			
Descrição:	O presente documento diz respeito ao Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil – Versão PMEPC			
Data de produção:	17/04/2025			
Versão:	5ª			
	смм:			
	Paulo Alves – Presidente CMM;			
	Rui Lopes – Coordenador Municipal de Proteção Civil;			
Equipa de Acompanhamento:	Carina Luís – Serviço Municipal de Proteção Civil;			
	Erika Meca – Serviço Municipal de Proteção Civil.			
	-			
	ÉRRE LRB:			
	João Coelho;			
Equipa técnica:	António Silva;			
	João Rodrigues;			
	Ricardo Silva;			
Nome do ficheiro digital:	LRB.RF.001. 2023.MONCHIQUE_05			













# Índice

_		
Ficha Te	écnica do Documento	2
Índice d	le Figuras	6
Índice d	le Tabelas	7
Acrónin	nos	10
Referên	ncias Legislativas	13
Registo	de Atualizações	25
Registo	de Exercícios	26
Parte I		28
1. In	trodução	29
2. Fi	nalidade e Objetivos	31
3. Ti	pificação dos Riscos	32
4. Cr	itérios para Ativação	34
Parte II		38
1. Es	truturas	39
1.1.	Direção Política	39
1.2.	Coordenação Política e Institucional	40
1.3.	Comando Operacional, Coordenação e Execução	42
2. Re	esponsabilidades	47
2.1.	Estrutura Autárquicas e Serviços de Proteção Civil	47
2.2.	Agentes de Proteção Civil	53
2.3.	Organismos e Entidades de Apoio	59
3. Oı	rganização	68
3.1.	Infraestruturas de Relevância Operacional	68
3.2.	Zonas de intervenção	78
3.3.	Mobilização e Coordenação de Meios	80
3.4.	Notificação Operacional	82
4. Ár	reas de Intervenção	85
4.1.	Gestão Administrativa e Financeira	85
4.2.	Reconhecimento e Avaliação	87
4.3.	Logística	90
4.4.	Comunicação	96
4.5.	Informação Pública	99
4.6.	Confinamento e/ou Evacuação	101
4.7.	Manutenção da Ordem Pública	107
4.8.	Serviços Médicos e Transporte de Vítimas	110







4.8.1.	Apoio Psicológico	112
4.9.	Socorro e Salvamento	114
4.10.	Serviços Mortuários	116
Parte III		124
5. Inv	entário de Meios e Recursos	125
5.1.	Maquinaria Diversa e Veículos de Combate a Incêndio	125
5.2.	Ambulâncias, Veículos de Transporte e Outros	128
5.3.	Veículos de Transporte de Passageiros	128
5.4.	Equipamentos de Comunicação	129
5.5.	Rede de Pontos de Água	130
5.6.	Reservatórios de Abastecimento de Água	134
5.7.	Restaurantes e outros locais de refeição no Concelho de Monchique	135
5.8.	Unidades de Alojamento	139
5.9.	Postos de Combustíveis	142
5.10.	Equipamentos administrativos	143
5.11.	Agentes de Proteção Civil	143
5.12.	Equipamentos Educativos	144
5.13.	Equipamentos desportivos	144
5.14.	Farmácias e Locais de Venda de Medicamentos sem Receita Médica	145
5.15.	Equipamentos Sociais	145
5.16.	Equipamentos Culturais	146
5.17.	Cemitérios	146
5.18.	Igrejas e Outros Espaços Religiosos	146
5.19.	Património Classificado	147
5.20.	Espaços Comerciais	147
6. List	a de Contactos	150
6.1.	Contactos para Notificações Operacionais	150
6.2.	Lista de Contactos	151
7. Mo	delos	153
7.1.	Relatórios	153
7.2.	Requisição	184
7.3.	Comunicados	185
7.4.	Declaração da Situação de Alerta	189
7.5.	Ficha Técnica Resumo	195
7.6.	Modelos de Cartão de Segurança	198
7.7.	Lista de Distribuição do Plano	199







Anexo I -	- Cartografia de Suporte às Operações de Emergência de Proteção Civil20	)0
	o II – Programa de Medidas a Implementar para a Prevenção e Mitigação dos Riscos ficados e para a Garantia de operacionalidade do Plano	L3
1.	Programa de Medidas a Implementar para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificado 214	S
2.	Estratégias Específicas para a Mitigação de Riscos	١5
3. do F	Programa de Medidas a Implementar para a Garantia da Manutenção da Operacionalidade	



# Parte III

Inventários, Modelos e Listagem





#### 7. Modelos

#### 7.1. Relatórios

A existência de uma ocorrência no âmbito da emergência e proteção civil, obriga à existência de um fluxo de informação entre as diversas entidades de uma forma padronizada, de maneira a minimizar as falhas de comunicação. Assim, o presente plano define uma série de modelos de relatórios, com base no Caderno Técnico 3 da Proteção Civil e nos modelos disponibilizados no Plano Distrital de Emergência e Proteção Civil de Faro. Assim sendo, são definidos quatro tipos de relatórios:

- Os Relatórios Imediatos de Situação têm origem nas forças ou meios locais de intervenção e/ou sistema local de Proteção Civil e destinam-se aos órgãos de comando ou coordenação operacional dos escalões superiores respetivos. São transmitidos pela via de comunicação mais rápida e disponível podendo, atendendo às circunstâncias, ser verbais;
- Os Relatórios de Situação Geral podem ter origem em qualquer escalão dos meios de intervenção ou do sistema de proteção civil e destinam-se aos escalões imediatamente superiores; podem ser periódicos, com horário previamente estabelecido, ou emitidos por solicitação de entidades com competência para tal. Em regra, devem ser escritos, podendo excecionalmente ser verbais e passados a escrito no mais curto espaço de tempo possível;
- Os Relatórios de Situação Especial são solicitados pelo diretor do plano a qualquer entidade interveniente e destinam-se a esclarecer pontos específicos ou setoriais da situação;
- Os Relatórios Finais devem ser elaborados pelo diretor do plano e incluir uma descrição da emergência ocorrida e das principais medidas adotadas.

Estes modelos de Relatório estão disponíveis nas páginas seguintes:











# RELATÓRIO IMEDIATO DE SITUAÇÃO (RELIS) PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

ENVIO DEPOIS DO RECONHECIMENTO DAS ERAS OU EAT					
Sub-Região: Concelho: REL N.º/ Data:	J	Hora:			
1. Ocorrência					
Natureza					
Localização					
Área afetada					
2. Danos Pessoais					
Mortos:		Desaparecidos:			
Feridos graves:		Feridos leves:			
Desalojados:		Deslocados:			
Evacuados: Soterrados:					







3. Danos no Edificado/Infraestruturas				
Edifícios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsados	
Habitações				
Escolas				
Unidades Hoteleiras				
Unidades Hospitalares				
Instalações Policiais				
Quartéis de Bombeiros				
Barragens				
Monumentos				
Mercados / Supermercados				
Igrejas / Locais de Culto				
Lares / Infantários				
Unidades Industriais				
Edifícios Públicos				
Outros:				

4. Danos em Vias de Comunicação					
Vias Danos Graves Inutilizáveis					
Rede Viária					
Pontes / Viadutos / Túneis					
Outras:					







5. Danos em Transportes				
Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais	
Rodoviários				
Aeronaves				
Veículos Particulares				
Outros:				

6. Danos em Infraestruturas Básicas				
Redes	Danos ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais	
Gás				
Eletricidade				
Água				
Saneamento				
Telefónica fixa				
Telefónica móvel				
Teledifusão				
Radiodifusão				
Internet				
Satélite				
Outra				







7. Outras Informaçõe	es
Povoações em perigo / isoladas	
Habitações em perigo	
Focos de incêndio	
Movimentação de populações	
Animais isolados	
8. Necessidades	
Meios aéreos (especificar)	
Meios terrestres (especificar)	
Telecomunicações (especificar)	
Logística (especificar)	
Outras (especificar)	
	O Chefe de Equipa











# RELATÓRIO DE SITUAÇÃO GERAL (RELGER) PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

	ENVIO REGULAR (6 em 6 horas)				
Sub-Região: Concelho: REL N.º/ Data:Hora:					
1. Ocorrência					
Natureza					
Localização					
Área afetada					
Concelho(s)					
2. Descrição sumári	a da situação de emerg	ência			
3. Danos pessoais					
Mortos:		Desaparecidos:			
Feridos graves:		Feridos leves:			
Desalojados:		Deslocados:			
Evacuados:		Soterrados:			







4. Danos no Edificado/Infraestruturas				
Edifícios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsados	
Habitações				
Escolas				
Unidades Hoteleiras				
Unidades Hospitalares				
Instalações Policiais				
Estabelecimentos Prisionais				
Instalações Militares				
Quartéis de Bombeiros				
Barragens				
Monumentos				
Mercados / Supermercados				
Igrejas / Locais de Culto				
Lares / Infantários				
Unidades Industriais				
Edifícios Públicos				
Outros:				







5. Danos em Vias de Comunicação			
Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Pontes / Viadutos / Túneis			
Aeródromos / Heliportos			
Outras:			

6. Danos em Transportes			
Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Outros:			







7. Danos em Infraestruturas Básicas			
Redes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Teledifusão			
Radiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outra:			







8. Situação Operacional					
	Homens			Homens	
Bombeiros	Veículos		DGAM	Veículos	
	Embarcações			Embarcações	
	Homens			Homens	
Forças Armadas	Veículos		CVP	Veículos	
	Embarcações			Outros	
	Homens			Homens	
GNR	Veículos		INEM	Veículos	
	Embarcações			Outros	
	Homens			Homens	
PSP	Veículos		Outros	Veículos	
	Outros			Outros	

9. Organização do Teatro de Operações (TO)	
Localização do PC	
Localização de ZCR's	
Localização de ZCAP's	
Localização de ZRnM's	
Nº de Setores e Localização	
Id. Cmdts. Setores	







10. Comissões de Proteção Civil reunidas:				
Sub-Regionais	GDH Convocação	GDH início primeira reunião	Entidades Participantes	Medidas tomadas
Municipais	GDH Convocação	GDH início primeira reunião	Entidades Participantes	Medidas tomadas
Municipais		primeira		Medidas tomadas

11. Centro C	oordenação Op	eracional Sub-Reg	gional (CCOS)
GDH Ativação	GDH início primeira reunião	Entidades Participantes	Medidas tomadas

12. Declaração da Situação de Alerta e/ou Contingência	
Concelho/Sub- Região	
Entidade responsável	
GDH início	
GDH fim	
Descrição da situação	







13. Planos de Emergência de Proteção Civil ativados		
GDH Ativação	GDH Desativação	
GDH Ativação	GDH Desativação	
	GDH Ativação	

14. Outras Informações	
Habitações em perigo	
Povoações em perigo e /ou isoladas	
Resumo das ocorrências	
Outras:	

15. Necessidades	
Meios aéreos (especificar)	
Meios terrestres (especificar)	
Telecomunicações (especificar)	
Logística (especificar)	
Outras (especificar)	











# RELATÓRIO DIÁRIO DE SITUAÇÃO (REDIS) PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

ENVIO DIÁRIO (às 22 horas)	
Sub-Região: Concelho: REL N.º/	
Data:	Hora:
	1. OCORRÊNCIA
Natureza	
Localização	
Área afetada	
Concelho/s	
2. DESCRIÇÃO	SUMÁRIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA







#### 3. DANOS ESTIMADOS

#### 3.1. PESSOAS

	N°		Nº
Mortos		Desaparecidos	
Feridos Graves		Feridos Leves	
Desalojados		Deslocados	
Evacuados		Soterrados	

#### 3.2. EDIFICADO/INFRAESTRUTURAS

Tipo	Danos ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitações			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades Hospitalares			
Instalações Policiais			
Estabelecimentos Prisionais			
Instalações Militares			
Quartéis de Bombeiros			
Barragens			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas / Locais de Culto			
Lares / Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros:			
Outros:			







# 3.3. VIAS DE COMUNICAÇÃO

Vias / Meios	Condicionadas	Cortadas	Colapsadas
Rede Viária			
Pontes / Viadutos / Túneis			
Outros:			

## 3.4. TRANSPORTES/MAQUINARIA

Transportes	Danos ligeiros	Danos Graves	Destruídos
Rodoviários			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Embarcações			
Maquinaria			
Outros:			

# 3.5. INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

Redes	Danos ligeiros	Danos Graves (não operacionais)	Colapsadas (não operacionais)
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica Fixa			
Telefónica Móvel			
Teledifusão			
Radiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outra:			







3.6. ABASTECIMENTOS			
3.7. AMBIENTE			
3.8. SAÚDE PÚBLICA 3.8.1. Hospitais/Centro de Saúde			
Hospital / Centro de Saúde	Atendidos	Internados	Transferidos
3.8.2. Posto Médico Avançado/de T	Γriagem/de Socorro		
Estrutura / Local	Atendidos	Internados	Transferidos
3.8.3. Ambulâncias			
Entidades	Medicalizáveis	Socorro	Transporte







## 8.4. Evacuação Médica Especial

Entidades	Helicóptero	Avião	Comboio	Outros

# 4. INFORMAÇÃO METEOROLÓGICA

Dados	Observada	Prevista
Vento (direção/velocidade)		
Temperatura		
Humidade relativa		
Precipitação		

# 5. MEIOS ENVOLVIDOS NAS OPERAÇÕES EM CURSO

Entidades	Pessoal	Veículos	Meios Aéreos	Outro material	POC Nome/Função







6. OCORRÊNCIAS ESPECIAIS COM OS MEIOS DE SOCORRO
6.1. DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL
<u>.</u>
6.2. DE OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS
7. REDES DE COMUNICAÇÕES
" REDES DE COMUNICAÇÕES
7.1. PROTEÇÃO CIVIL
7.2. BOMBEIROS
7.3. OUTROS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·







7.4. OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS		
	9. SITUAÇÃO DE ALERTA	
~ " " " " " " " " " " " " " " " " " " "		
Concelho/Sub-Região		
Entidade responsável		
GDH início		
GDH fim		
Descrição da situação		
Multiplicar esta tabela pelo núme	ro de vezes necessárias	
	10. COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Divulgação de notícias da situação de emergência:		
Colaboração nas ações de in	formação PÚblica:	







# 11. CUSTO ESTIMADO DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO

Designação	Custo (€ 1.000)
Pessoal	
Artigos consumidos	
Combustível e Lubrificantes	
Grandes reparações	
Telecomunicações	
Outros encargos operacionais	

# 12. OBSERVAÇÕES

Avaliação	Obs
Comunicações	
Gestão da informação operacional	
Sistema de aviso e alerta	
Sistema de proteção civil	
Ativação das Comissões de Proteção Civil	
Ativação de Planos de Emergência de Proteção Civil	
Situação dos Planos de Emergência de Proteção Civil	
Estrutura organizacional de operações	
Informação pública	
Necessidade de programas de reparação	







	Avaliação		Obs				
Aspetos particu	lares relevantes						
Outros							
Outros comentár	ios						
		13	3. ANEXOS				
(Relacionar os anexos ir	ncluídos)						
Data	Hora		Responsável pelo PCMun				
	Visto						











# RELATÓRIO FINAL DE EMERGÊNCIA

1. Localização							
Sub- Região			Freg	uesia			
Concelho			Loca Luga	lidade/ ır			
2. Ocorrênci	a						
Tipo/ Nature Ocorrência	eza da						
Alerta	GDH						
	Fonte						
Breve descri	ção/desenvolvime	nto da o	corrên	cia			
Causa				Observaçõe	es		
Ondas de Ca	alor						
Ondas de Frio							
Ventos Fortes							
Secas							
Cheias e/ou Inundações							
Outros							







2. Ocorrência	
Onda de Calor	
Onda de Frio	
Ventos Fortes	
Cheias/Inundações	
Secas	
Sismos	
Movimentos de Massa em Vertentes	
Acidentes Rodoviários	
Acidentes Aéreos	
Acidentes em Transporte de Mercadorias Perigosas	
Rutura de Barragens	
Acidentes Industriais	
Ameaça Nuclear, Radiológica, Biológica e Química (NBQR)	
Incêndios Urbanos	
Incêndios Florestais/Rurais	
Degradação e Contaminação de Aquíferos e Águas Superficiais	
Epidemias/Pandemias/Situações Epidémicas	
Outros	







3. Meios Intervenientes nas Operações				
Entidade	Nº de Operacionais	Nº de Veículos	Outros meios	
TOTAL				

4. Eficácia	4. Eficácia dos Meios de Resposta					
			01 ~			
Entidade	Muito boa	Boa	Satisfatória	Pouco eficiente	Nada eficiente	Observações







5. Posto de Comando Regional/Sub-Regional				
Localização do PCReg/PCSReg				
Apoio Técnico no PCReg/PCSReg	Entidade	Nome		
1 cheg i coneg				
Responsável pelo PCReg/PCSReg	Nome	GDH		

6. Danos Humanos							
População		Feridos		Mortos	Eva- cuados	Desa- lojados	Desapa- recidos
		Ligeiro	Grave	1/101103	cuados	lojados	reciuos
	Criança (0-12 anos)						
Faminina	Jovem (12-18 anos)						
Feminino	Adulto (18-65 anos)						
	Idoso (> 65 anos)						
	Criança (0-12 anos)						
Masculino	Jovem (12-18 anos)						
Masculino	Adulto (18-65 anos)						
	Idoso (> 65 anos)						
TOTAIS							







7. Danos em Animais					
Espécie	Mortos	Feridos	Observações		
TOTAIS					

8. Danos em Edifícios							
Tipo	Des	struídos	Danos	Graves	Danos	Ligeiros	
	$N^o$	Causas	Nº	Causas	$N^o$	Causas	
Habitações							
Património Histórico							
Indústria							
Comércio							
Hotéis							
Instalações Militares							
Centros de Saúde							
Escolas	<u>-</u>						
Outros:							
TOTAL							







9. Danos em Vias de Comunicação						
Tipo de Via	Destruídas	Danificadas	Interrompidas	Observações		
EN						
EM						
Outros:						

10. Danos em Veículos					
Tipo de Veículo	Destruídos	Danificados	Observações		
Pesado de mercadorias					
Pesado de passageiros					
Ligeiro de mercadorias					
Ligeiro de passageiros					
Motociclos					
Outros:					
Outros:					
TOTAIS					

11. Danos em Infraestruturas da Rede de Distribuição				
Tipo de Rede	Destruídas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Rede de água				
Rede de saneamento				
Rede elétrica				







12. Danos em Infraestruturas da Rede de Comunicações				
Tipo de Rede	Destruídas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Serviço de telefone fixo				
Serviço de telefone móvel				
REPC				
ROB				
Radiocomunicaçã o privada da GNR				
Radiocomunicaçã o privada da PSP				
Radiocomunicaçã o privada do INEM				
Radiocomunicaçã o privada das Forças Armadas				
SIRESP				
Internet				
Outras:				

13. Danos Ambientais				
Tipo de Afetação	Quantidade (ha, km, nº)	Local	Observações	
Rede hídrica				
Espaços florestais				
Fauna				
Flora				
Outras:				







14. Assistência fornecida à População				
Tipo de Assistência	Quantidade	Requerida por	Fornecida por	Observações
Assistência médica				
Evacuação médica				
Hospitais				
Centros de saúde				
Postos de socorro				
Postos de triagem				
Alimentação/ água				
Abrigos				
Alojamento				
Vestuário e agasalhos				
Apoio psicológico				
Apoio social				
Outros:				

15. Realojamento			
Local de Realojamento	Número	Local de Realojamento	Número
TOTAL		TOTAL	







16. Apreciação Global das Operações e da Organização				
Descrição	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Constrangimentos	
Coordenação institucional				
Comando operacional				
Articulação entre agentes e entidades				
Integração de grupos de reforço e assistência				
Comunicações				
Logística				
Gestão da informação				
Evacuações				
Ordem pública				
Outros				
Outros				
Outros				

17. Ações de Reabilitação	
Realizadas (breve descrição)	
Previstas (breve descrição)	







18. Estimativa de Custos					
Dano	Custo (euros)				
TOTAL					
19. Comentários Finais					
Nota: sempre que possível, deverão ser anexa	s fotografias comprovativas dos danos				
provocados.	s totogranas comprovativas dos danos				

20. Responsável pela Elaboração do Relatório				
Hora e Data				
	(Assinatura)			







### 7.2. Requisição

As requisições destinam-se a garantir o fornecimento de artigos e bens comuns. Em seguida está o modelo de requisição a ser usado, baseado no Plano Distrital de Emergência e Proteção Civil de Faro.





## MODELOS DE REQUISIÇÃO

Data://	Hora:	horas	min
Entidade Requisitada:			
Produto/Equipamento/Serviço:			
Código:			
Quantidade:			
Finalidade:			
	O responsável,		







#### 7.3. Comunicados

A divulgação de informação à população poderá ser feita através de comunicados difundidos pela comunicação social (meio mais adequado numa situação de acidente grave ou catástrofe), bem como através de outros meios enumerados na **Parte II Informação Pública**. No que se refere aos comunicados, estes deverão ser anunciados em tempo útil e serem claros e concisos, tendo sempre presente o objetivo fundamental de informar e proteger as populações de modo a evitar o pânico entre as mesmas. Em seguida encontra-se o modelo de aviso à população e o modelo de comunicado de ponto de situação.











## AVISO À POPULAÇÃO

## OCORRÊNCIA (Indicar o tipo de ocorrência)

### 1. SITUAÇÃO

No seguimento de informação recebida de (indicar a entidade) no Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil do Algarve/Comando Sub-Regional de Emergência e da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), salienta-se:

Para o período compreendido entre e (indicar se corresponde ao período da manhã ou da tarde e o dia/mês/ano):

(Indicar as previsões expectáveis, de acordo com a ocorrência) Por exemplo:

- Vento Do quadrante NW com intensidade 40-60km/h no litoral e 50-70km/h nas terras altas, acompanhado de rajadas, que poderão superar os 80km/h no litoral e os 100km/h, nas terras altas;
- Precipitação moderada contínua (10mm/3h) passando a regime de aguaceiros (10mm/h) e que, pontualmente poderão ser de granizo, nas regiões Norte e Centro;
- Agitação marítima na costa ocidental de NW a variar entre os 4-6m, podendo a altura máxima chegar aos 8-10m;
- ...

Acompanhe as previsões em (indicar o sítio da internet).

#### 2. EFEITOS EXPECTÁVEIS

Face à situação acima descrita, poderão ocorrer os seguintes efeitos: (Indicar os efeitos expectáveis, de acordo com a ocorrência)

#### Por exemplo:

- Piso rodoviário escorregadio e eventual formação de lençóis de água ou acumulação de neve ou gelo;
- Possibilidade de cheias rápidas em meio urbano, por acumulação de águas pluviais ou insuficiências dos sistemas de drenagem;
- Possibilidade de inundação por transbordo de linhas de água nas zonas historicamente mais vulneráveis;
- Inundações de estruturas urbanas subterrâneas com deficiências de drenagem;
- Danos em estruturas montadas ou suspensas;
- Possíveis acidentes na orla costeira;
- Danos em estruturas junto à orla costeira;
- ...

#### 3. MEDIDAS PREVENTIVAS

A ANEPC/CREPC/CSREPC recorda que o eventual impacto destes efeitos pode ser minimizado, sobretudo através da adoção de comportamentos adequados, pelo que, e em particular nas zonas historicamente mais vulneráveis, se recomenda a observação e divulgação das principais medidas de







autoproteção para estas situações, nomeadamente: (Indicar os efeitos expectáveis, de acordo com a ocorrência)

#### Por exemplo:

- Garantir a desobstrução dos sistemas de escoamento das águas pluviais e retirada de inertes e outros objetos que possam ser arrastados ou criem obstáculos ao livre escoamento das águas;
- Adotar uma condução defensiva, reduzindo a velocidade e tendo especial cuidado com a possível acumulação de neve e formação de lençóis de águas nas vias;
- Não atravessar zonas inundadas, de modo a precaver o arrastamento de pessoas ou viaturas para buracos no pavimento ou caixas de esgoto abertas;
- Garantir uma adequada fixação de estruturas soltas, nomeadamente, andaimes, placards e outras estruturas suspensas;
- Ter especial cuidado na circulação e permanência junto de áreas arborizadas, estando atento para a possibilidade de queda de ramos e árvores, em virtude de vento mais forte;

• ...











## COMUNICADO DE PONTO DE SITUAÇÃO

#### COMUNICADO Nº\_\_\_\_\_ DIA/MÊS/ANO | HORA:MIN

Informa-se que se verificou a	(indicar a
data e a hora em que se verificou a ocorrência), em	(indicar o local
da ocorrência), u m a	(indicar a
ocorrência ou a evolução da ocorrência)	
Esta ocorrência provocou, conforme dados provisórios,	contram-se no local_(indicar nas operações, os veículos e tis de acesso interdito ou calizam-se em(indicar
recomenda se a população especial atenção as medidas de autoproteção/regras de	(indicar de acordo
com o caso) e ter em conta as ordens das autoridades territorialmente competen desenvolvimento da situação.	
Previsão do próximo comunicado:	
Data://	
Hora: horas min	







## 7.4. Declaração da Situação de Alerta





# DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA MUNICIPAL

# DIA/MÊS/ANO | HORA:MIN DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA

1.	Natureza do	Evento								
Na	sequênci	а	da	ocorrê	ncia	(ou	a	iminênci situação	•	de acidente
grave	OU	catástr	ofe)	causando	o (inc	licar	as			quências)
disposto	rada a situaçã o no n.º 1, do a , de 3 de agos	rtigo 12. °								







	2. Âmb	oito Territorial	e Ter	mporal							
Α	presente	declaração	da	situação	de	alerta	tem	uma	abrangência	territorial	de
		(iı	ndica	r a abrang	ência	em ha	ou km	12), cori	espondendo à	(s) freguesi	a (s)
de	[(i	ndicar	а	(s)		freguesi	a	(s)	abrang	ida	(s))
	aanaalka	de Manchieu		ara du z ofoid		odiatos	sondo			lo oction add	
	Conceino	do Morichique							por um períod tar da data de		
pre	ejuízo de pr	orrogação na	medi	da do que	a eva	olução d	a situa	ıção co	ncreta o justific	ar.	

#### 3. Acionamento da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC)

Para os efeitos do disposto no artigo 14.º da Lei n.º 27/2006 (com as alterações introduzidas pela Lei orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto), foi convocada a CMPC de Monchique, para reunião extraordinária, tendo em vista, nomeadamente, proceder à coordenação política das ações a desenvolver e dar parecer quanto à necessidade de ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Monchique (PMEPCM).

#### 4. Estrutura de Coordenação e Controlo dos Meios e Recursos

A estrutura de coordenação e controlo na situação de alerta declarada é o CCOM de Monchique, o qual recorrerá aos meios disponíveis e previstos no PMEPCM.

Em cada teatro de operações, o comando operacional será assumido pelo Comandante da Operação de Socorro (COS).

#### 5. Medidas a Adotar

Os procedimentos a utilizar para a coordenação técnica e operacional dos serviços e agentes de proteção civil, bem como os recursos a utilizar, são os previsto no PMEPCM, o qual define também os procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança.







6.1.	Me	didas F	'revei	ntivas	e Mo	edida	s Espe	eciais	de Red	ação			
medidas	espec	ciais de				icar c	quais	as n	nedida	s/proced	limentos		ntivas e/ou
especifico	ando,	caso	se	ente	nda	útil,	as	entic	lades	respon	sáveis	pelas	mesmas
												_	







6.2. Avisos à População
(indicar, caso se considere necessário, as principais mensagens a difundir à população)
6.3. Meios de Divulgação dos Avisos
Os avisos à população serão efetuados seguindo os procedimentos e os meios previstos no PMEPCM.
7. Elaboração de Relatórios
A estrutura de coordenação e controlo deverá elaborar relatórios, sobre o grau de implementação
das medidas preventivas e/ou especiais de reação, de acordo com a seguinte tipologia: (colocar uma X de acordo com os relatórios a produzir)
Relatório Imediatos de Situação (RELIS)
Relatórios de Situação Geral ou Espacial (RELGER) Periocidade::
Relatórios Diários de Situação (REDIS)  Periocidade:







#### 8. Deveres de Colaboração

No âmbito do disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 27/2006 (na redação dada pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto), é obrigatório o cumprimento das disposições decorrentes da emissão desta declaração da situação de alerta por parte de:

- Cidadãos e demais entidades privadas que têm o dever de colaborar na prossecução dos fins da proteção civil, observando as disposições preventivas das leis e regulamentos, acatando ordens, instruções e conselhos dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança interna e pela proteção civil e satisfazendo prontamente as solicitações que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes;
- Funcionários e agentes do Estado e das pessoas coletivas de direito público, bem como dos membros dos órgãos de gestão das empresas públicas, que têm o dever especial de colaboração com os organismos de proteção civil;
- Responsáveis pela administração, direção ou chefia de empresas privadas cuja laboração, pela natureza da sua atividade, esteja sujeita a qualquer forma específica de licenciamento têm, igualmente, o dever especial de colaboração com os órgãos e agentes de proteção civil;

A desobediência e resistência às ordens legítimas das entidades competentes, quando praticadas na vigência e no âmbito da situação de alerta declarada, são sancionadas nos termos da lei penal e as respetivas penas são sempre agravadas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo;

A violação do previsto nas alíneas b) e c) de 7.1 implica, consoante os casos, responsabilidade criminal e disciplinar, nos termos da lei;

Nos termos do n.º 1, do artigo 11.º, da Lei n.º 27/2006, todos os cidadãos e demais entidades privadas, estão obrigados, na área abrangida pela presente declaração, a prestar às autoridades de proteção civil, a colaboração pessoal que lhes for requerida, respeitando as ordens e orientações que lhes forem dirigidas e correspondendo às respetivas solicitações.

#### 9. Obrigações Especiais de Colaboração dos órgãos de Comunicação Social

Nos termos do n.º 4, do artigo 14.º, da Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, a presente declaração da situação de alerta determina a obrigação especial de colaboração dos meios de comunicação social, em particular das rádios e das televisões, com a Estrutura de Coordenação prevista no âmbito desta declaração, visando a divulgação de informações relevantes relativas à situação.







1	^	D.	ها.	ı:	_	_	_	=	
1	0.	Г	UD	ш	C	u	Ç	O	62

A presente declaração, bem como a sua prorrogação, alteração ou revogação, é publicada por Edital a ser afixado nos lugares de estilo. Será também assegurada a sua divulgação pública na página da internet do município (indicar o sítio da internet).

	_, de	_, de
O presidente da Câmaro	a Municipal de Monchique,	
(n	ome)	







#### 7.5. Ficha Técnica Resumo





## FICHA TÉCNINA RESUMO

Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Monchique						
Âmbito	Municipal	Tipo	Geral			
Concelho	Monchique	Distrito(s)	Faro			

Critérios de Ativação (pág)					
(indicar quais os critérios)					
<del></del>					







Zonas de Intervenção e de Relevância Operacional			
	<b>Localização</b> (Indicar qual a designação do local)	Coord	enadas
		Latitude	Longitude
PE (pág)			
ZCR (pág)			
ZRR (pág)			
ZCAP (pág)			
ZRnM (pág)			
NecPro (pág)			

Zonas de Intervenção e de Relevância Operacional				
	Nº de Elementos  (Indicar p nº de elementos que compõem as equipas)	Composição (indicar quais as entidades que compõem as equipas)	Acionamento (indicar quem tem competências para acionar as equipas)	Equipamento (indicar qual o equipamento que as equipas dispõem)
ERAS (pág)				
EAT (pág)				
EAPS (pág)				
ERAVmrp (pág)				







Comunicados				
Órgãos de Comunicação Social	Responsável pela elaboração		Periodicidade	hmin
População	Responsável pela elaboração		Periodicidade	hmin

POSIT		
Responsável	Hora	hmin







#### 7.6. Modelos de Cartão de Segurança





MODELO DE CARTÃO DE SEGURANÇA
Para acesso ao Posto de
Comando Municipal















## 7.7. Lista de Distribuição do Plano

Tabela 77. Lista de Distribuição do Plano

	e Distribuição do Plano		
Nº Ordem	Entidade		
1	Câmara Municipal de Monchique;		
2	Junta de Freguesia de Monchique;		
3	Junta de Freguesia de Alferce;		
4	Junta de Freguesia de Marmelete;		
5	Corpo de Bombeiros de Monchique;		
	•		
6	Comando Regional da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;		
7	Força Aérea Portuguesa;		
8	Sapadores Florestais (ASPAFLOBAL);		
9	Guarda Nacional Republicana;		
10	Polícia Judiciária;		
11	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses;		
12	Autoridade de Saúde Local de Monchique;		
13	Unidade Local de Saúde – Hospital de Faro/Portimão;		
	·		
14	Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM);		
15	Capitania dos Portos de: Lagos, Portimão, Tavira, Olhão, Vila Real de Santo		
	António e Faro;		
16	Instituto de Segurança Social;		
17	Serviço de Estrangeiro e Asilo;		
18	Instituto de Registos e Notariado;		
19	Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);		
20	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR);		
21	Agência Portuguesa do Ambiente (APA);		
22	Instituto da Conservação da Natureza e Floresta (ICNF);		
23	Agrupamento de Escolas Monchique;		
24	Infraestruturas de Portugal (IP);		
25	Concessionária da Rede Transporte de Eletricidade em Muita Alta Tensão;		
26	ANACOM;		
27	Águas do Algarve;		
28	SIRESP;		
29	Instituto Portuguesa do Mar e da Atmosfera (IPMA);		
30	Cruz Vermelha Portuguesa;		
31	Câmara Municipal de Odemira;		
32	Câmara Municipal de Aljezur;		
33	Câmara Municipal de Lagos;		
34	Câmara Municipal de Portimão;		
35	Câmara Municipal de Silves;		
36	Serviço Municipal de Proteção Civil de Odemira;		
37	Serviço Municipal de Proteção Civil de Aljezur;		
38	Serviço Municipal de Proteção Civil de Lagos;		
39	Serviço Municipal de Proteção Civil de Portimão;		
40	Serviço Municipal de Proteção Civil de Silves;		
41	Corpo de Bombeiros de Odemira;		
42	Corpo de Bombeiros de Aljezur;		
43	Corpo de Bombeiros de Lagos;		
44	Corpo de Bombeiros de Portimão;		
45	Corpo de Bombeiros de Silves;		







## Anexo I – Cartografia de Suporte às Operações de Emergência de Proteção Civil







Figura 10. Mapa Hipsométrico do Concelho de Monchique

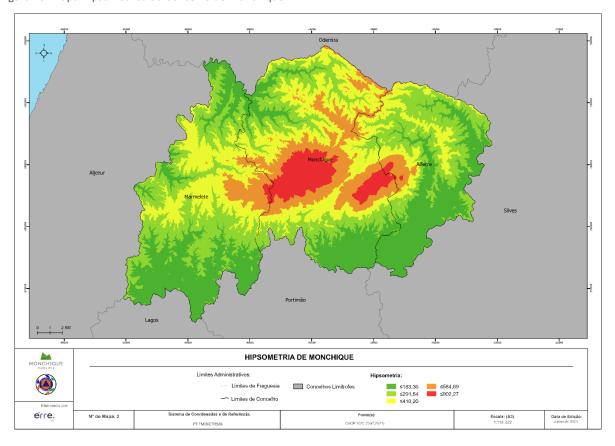


Figura 11. Mapa dos Declives do Concelho de Monchique

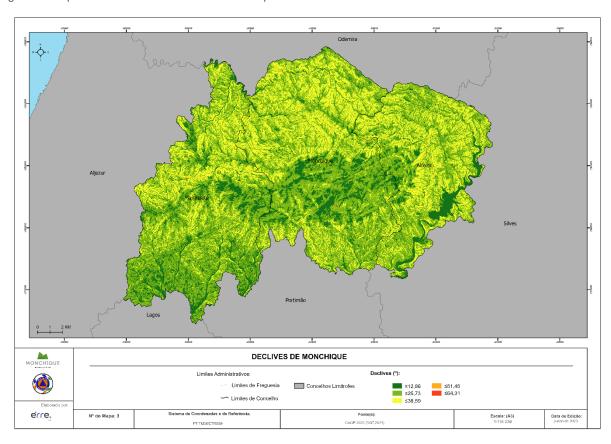








Figura 12. Mapa da Ocupação do Solo do Concelho de Monchique

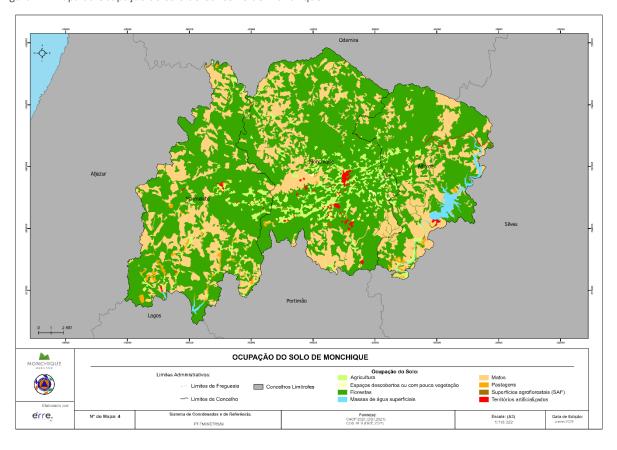


Figura 13. Mapa da Hidrografia do Concelho de Monchique

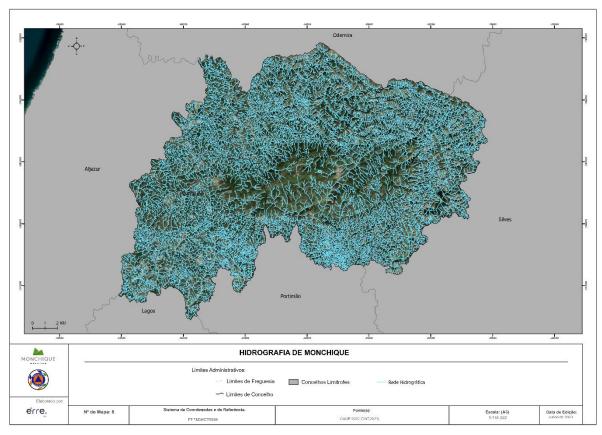








Figura 14. Mapa da Densidade Populacional do Concelho de Monchique

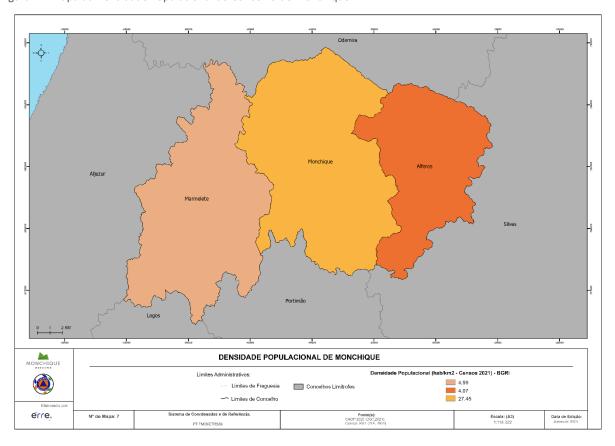


Figura 15. Mapa do Equipamentos de Apoio à Proteção Civil do Concelho de Monchique

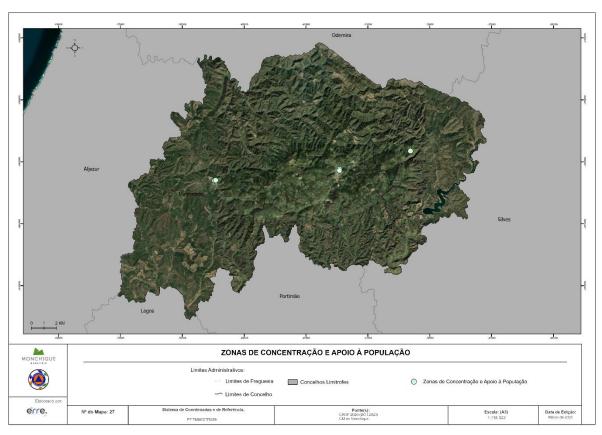








Figura 16. Mapa das Infraestruturas de Transporte do Concelho de Monchique

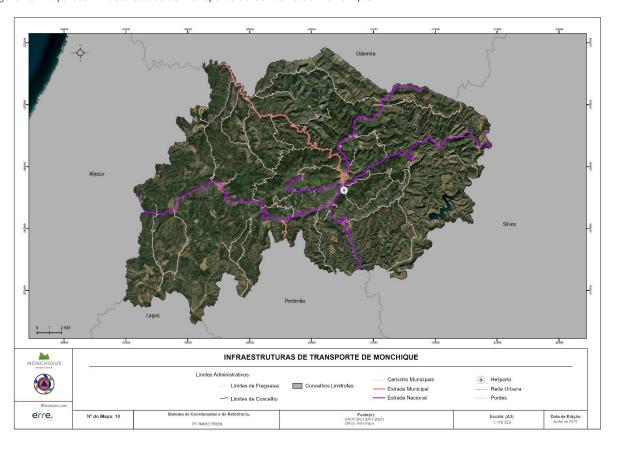


Figura 17. Mapa das Infraestruturas de Telecomunicação do Concelho de Monchique

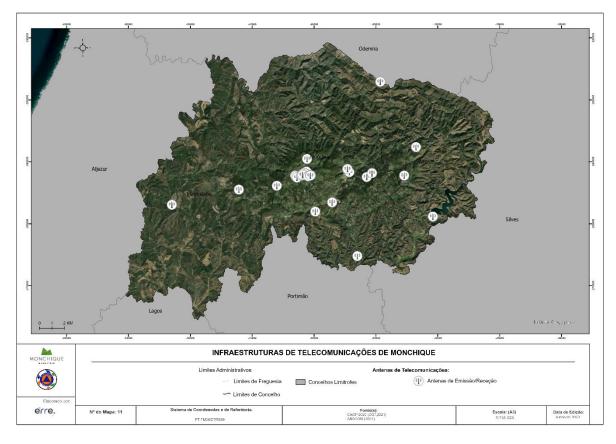








Figura 18. Mapa das Infraestruturas Energéticas do Concelho de Monchique

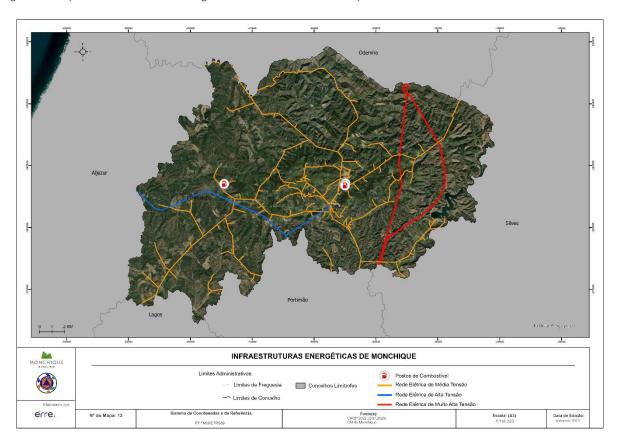


Figura 19. Mapa das Infraestruturas de Abastecimento de Águas do Concelho de Monchique

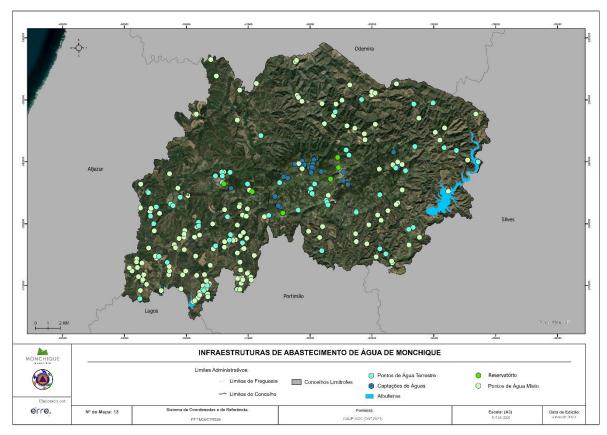








Figura 20. Mapa das Indústrias no Concelho de Monchique

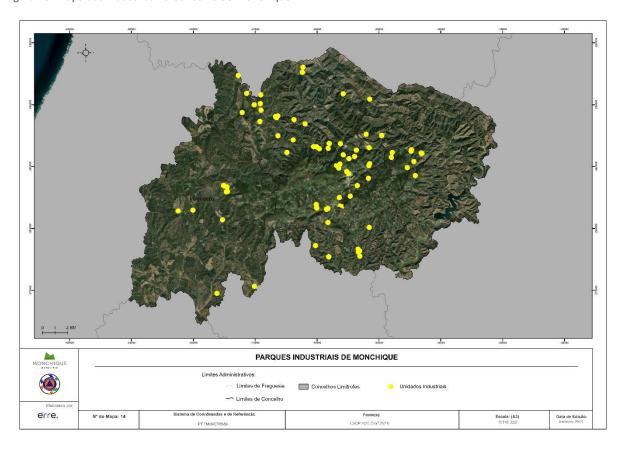


Figura 21. Mapa dos Agentes de Proteção Civil no Concelho de Monchique

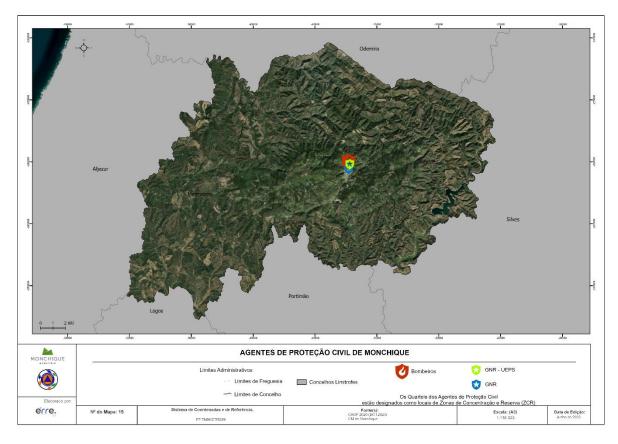








Figura 22. Mapa dos Equipamentos Administrativos do Concelho de Monchique

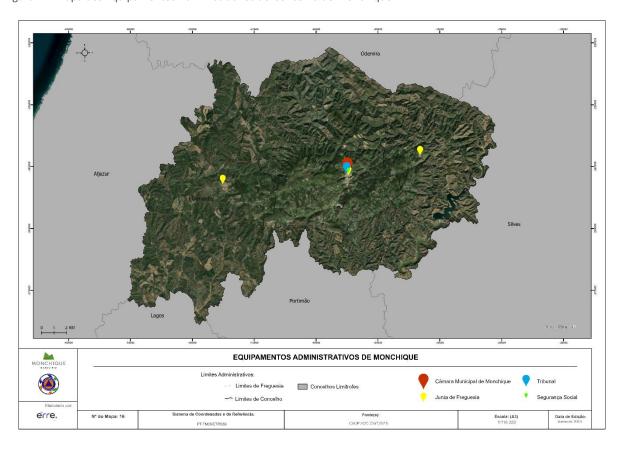


Figura 23. Mapa dos Equipamentos Educativos do Concelho de Monchique

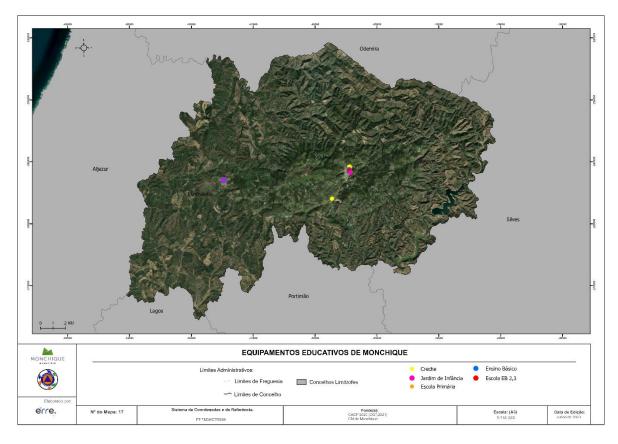








Figura 24. Mapa dos Equipamentos Desportivos no Concelho de Monchique

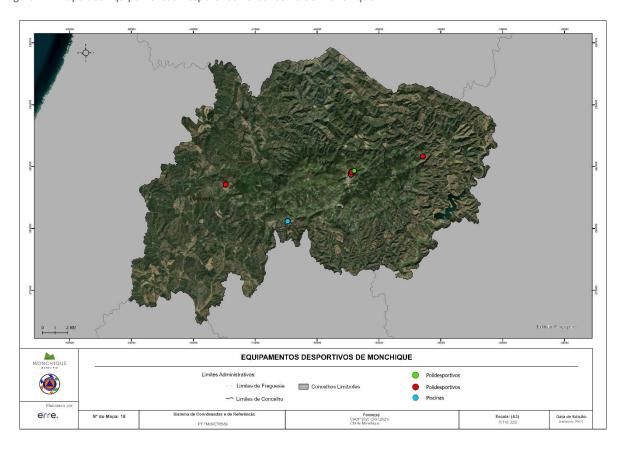


Figura 25. Mapa dos Equipamentos de Saúde no Concelho de Monchique

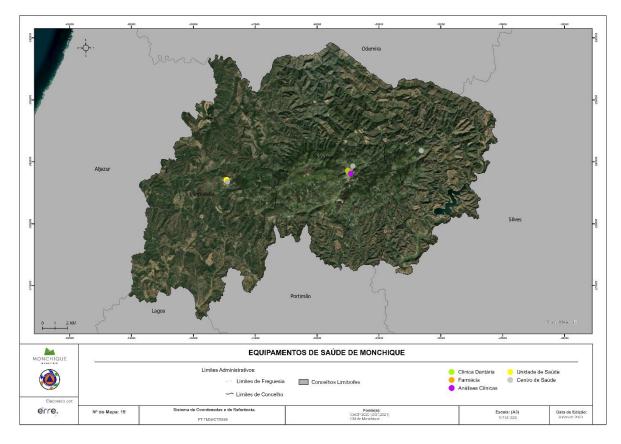








Figura 26. Mapa dos Equipamentos Sociais no Concelho de Monchique

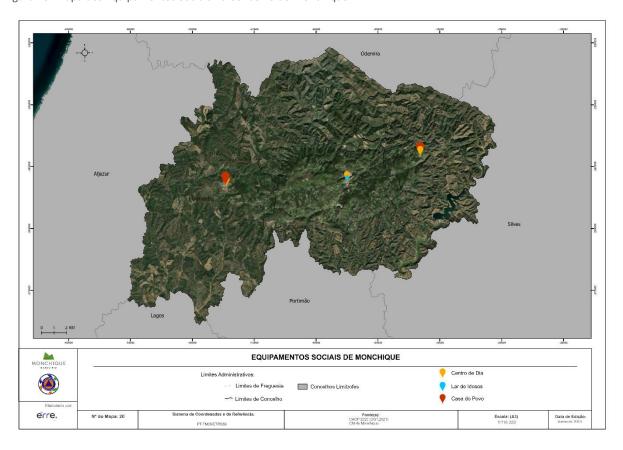


Figura 27. Mapa dos Equipamentos Culturais no Concelho de Monchique

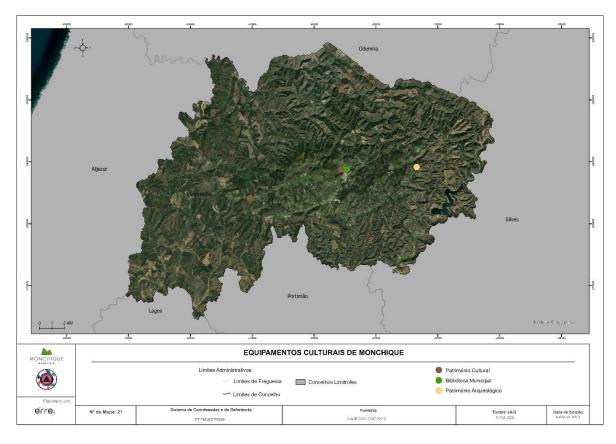








Figura 28. Mapa das Unidades de Alojamento no Concelho de Monchique

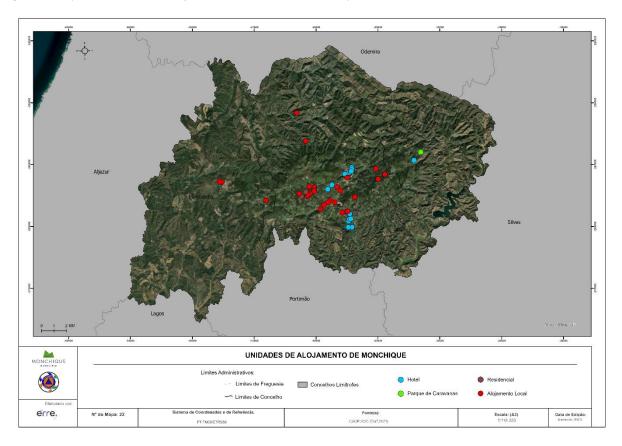


Figura 29. Mapa dos Restaurantes e Outros Locais de Refeição no Concelho de Monchique

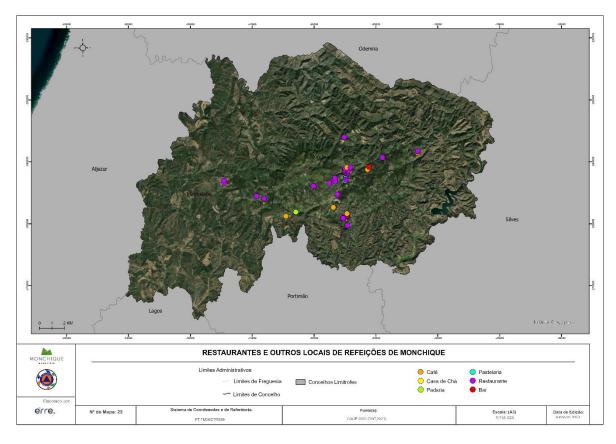








Figura 30. Mapa dos Cemitérios, Igrejas e Outros Espaços Religiosos no Concelho de Monchique

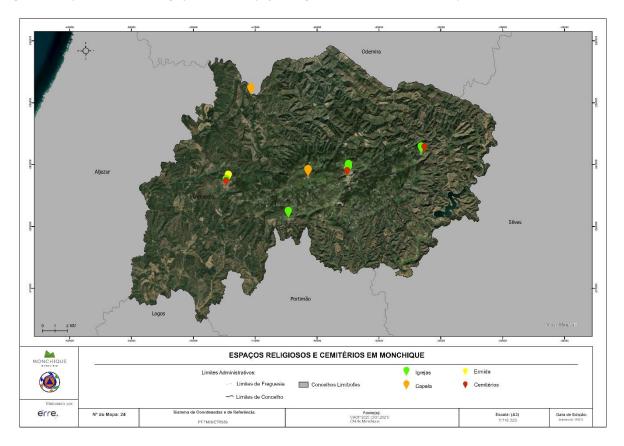


Figura 31. Mapa do Património Classificado no Concelho de Monchique

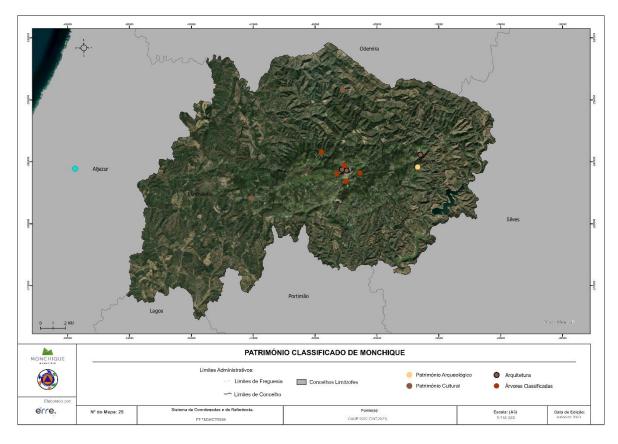
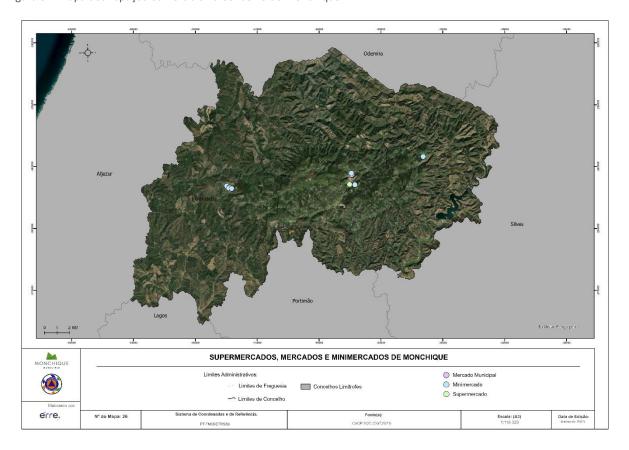








Figura 32. Mapa dos Espaços Comerciais no Concelho de Monchique









Anexo II – Programa de Medidas a Implementar para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados e para a Garantia de operacionalidade do Plano







## 1. Programa de Medidas a Implementar para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados

No domínio das estratégias de mitigação de carácter geral, incluem-se neste plano as seguintes:

- Desenvolvimento de ações de informação/sensibilização no domínio dos riscos e das responsabilidades associadas, destinadas à população em geral, mas também às escolas, através do Projeto Educativo Local e da Campanha de Comunicação e Sensibilização Municipal;
- Desenvolvimento da base de dados de ocorrências e inclusões da componente de georreferenciação nas mesmas e atualização de meios materiais e humanos que poderão ser ativados em caso de emergência;
- A articulação com os instrumentos de gestão territorial, designadamente com o Plano Diretor Municipal
   e Planos de Pormenor, com especial destaque para a integração da cartografia de perigosidade/suscetibilidade no processo de planeamento;
- Os planos de Ordenamento do Território, foram elaborados e vão ser postos em prática, tendo em vista uma redução do risco derivado da ocupação do território;
- Promoção e continuação da realização de exercícios de emergência nas escolas.
- Promoção da elaboração/revisão de planos de emergência e medidas de autoproteção dos edifícios municipais;
- Implementação das opções de adaptação da estratégia municipal para as alterações climáticas (EMAAC);
- Aquisição de equipamentos de apoio às atividades de proteção civil;
- Restringir o atravessamento de zonas urbanas ou de grande valor ambiental por veículos de transporte de matérias perigosas;
- Manutenção das faixas de segurança ao longo das vias suscetíveis ao transporte de matérias perigosas;







## 2. Estratégias Específicas para a Mitigação de Riscos

Tabela 78. Estratégias para Riscos Naturais

Tabela 78. Estratégias para Riscos Naturais  RISCOS NATURAIS		
Designação dos Riscos		Estratégias de Mitigação
Ondas de Calor		<ul> <li>Realizar, com especial incidência nos estabelecimentos de apoio a idosos e crianças, campanhas de sensibilização imediatamente antes e durante o verão, alertando para os riscos associados às ondas de calor e procedimentos a adotar pela população em geral e pela população mais sensível;</li> </ul>
Ondas de Frio		<ul> <li>Promover ações de proximidade que possam construir apoio em especial às populações idosas e comunidades isoladas;</li> <li>Realizar campanhas de sensibilização indicando medidas a serem adotadas e alertando para a importância da população estar atenta aos avisos divulgados pelo IPMA;</li> </ul>
Secas		<ul> <li>Definir em articulação com a empresa gestora de distribuição de água procedimentos de controlo da quantidade de água consumida, como por exemplo cortes de água em períodos específicos do dia, medidas a serem adotadas/difundidas pela população, etc;</li> </ul>
Tem	pestades	<ul> <li>Ações de informação pública e sensibilização da população;</li> <li>Realizar exercícios de simulação;</li> <li>Preparação de sistemas de aviso e informação à população.</li> </ul>
Hidrologia	Cheia e Inundações	<ul> <li>Realizar ações de sensibilização nas zonas de elevada suscetibilidade, tendo em vista difundir os procedimentos que deverão ser adotados pela população após receção de avisos por parte da proteção civil;</li> <li>Realizar ações de sensibilização junto das populações para o reconhecimento dos sinais de alerta e aviso;</li> <li>Avaliar a necessidade de ter em armazém meios de reforço de infraestruturas e de contenção das margens dos cursos de água mais suscetíveis como sejam, por exemplo, sacos de areia;</li> <li>Redução ou eliminação de cargas poluentes;</li> <li>Promoção da sustentabilidade das captações de água;</li> <li>Minimização de alterações hidromorfológicas;</li> <li>Controlo de espécies exóticas e pragas;</li> <li>Minimização de riscos;</li> <li>Recuperação de custos dos serviços da água;</li> <li>Aumento do conhecimento;</li> <li>Promoção da sensibilização;</li> <li>Adequação do quadro normativo.</li> </ul>
Geodinâmica Interna	Sismos	<ul> <li>Realizar ações de sensibilização tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de sismo;</li> <li>Sensibilizar os promotores para a importância de que todas as edificações cumpram os regulamentos de dimensionamento para fazer face aos sismos, em particular quando se trata de edifícios como os de APC que deverão estar localizados em locais de baixa suscetibilidade e construídos com as adequadas técnicas construtivas.</li> </ul>
Geodinâmica Externa	Movimentos de Massas em Vertentes	<ul> <li>Articular com os instrumentos de gestão territorial o cumprimento de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes em especial nas áreas urbanas;</li> </ul>







	<ul> <li>Definir, nas zonas de elevada suscetibilidade, em sede de Plano Municipal de Ordenamento do Território, as medidas preventivas relativamente à segurança de pessoas e bens face à instabilização de vertentes;</li> <li>Realizar simulacros de modo a avaliar constrangimentos ao nível do tempo previsto para a implementação de ações no terreno.</li> </ul>
--	---

Tabela 79. Estratégias para Riscos Tecnológicos			
RISCOS TECNOLÓGICOS			
	Designação dos Riscos	Estratégias de Mitigação	
Transportes	Acidentes Rodoviários	<ul> <li>Promover a melhoria contínua dos processos de avaliação das causas dos acidentes de modo a identificar com rigor as áreas onde se deverá atuar prioritariamente (quais os comportamentos mais perigosos, características das vias a alterar/evitar, etc.). Identificar as vias com maior suscetibilidade à ocorrência de acidentes diferenciando-as de acordo com a tipologia de acidente/vítimas;</li> <li>Realizar exercícios de emergência e analisar a sua eficácia e eficiência e identificar constrangimentos operacionais;</li> </ul>	
	Acidentes em transporte de mercadorias perigosas	<ul> <li>Realizar periodicamente exercícios relativos a acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas;</li> </ul>	
Vias de Comunicação e Infraestruturas	Colapso de túneis e outras infraestruturas	<ul> <li>Promover a avaliação periódica da estabilidade estrutural de túneis, pontes e viadutos municipais;</li> <li>Promover a avaliação periódica da Barragem de Odelouca;</li> <li>Realizar exercícios de emergência nas zonas que podem ser afetadas devido a rotura da Barragem de Odelouca;</li> </ul>	
	Acidentes em áreas de ocupação industrial e parque empresariais	<ul> <li>Acompanhar a divulgação à população de medidas específicas de autoproteção a adotar em caso de acidente grave nos estabelecimentos industriais;</li> </ul>	
Atividade Industrial e Comercial	Incêndios urbanos	<ul> <li>Ações de sensibilização à população;</li> <li>Criação de acessos privilegiados para intervenção dos bombeiros;</li> <li>Retirar, em articulação com os proprietários, carga potencialmente combustível de edifícios devolutos situados nas zonas antigas dos núcleos urbanos;</li> <li>Promover a realização de exercícios relativos a estratégias de combate a incêndios em edifícios (de diferentes tipologias) e sua evacuação;</li> <li>Manter atualizada a informação relativa aos meios disponíveis no município para fazer frente a incêndios urbanos;</li> <li>Contribuir para o cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios e a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, que aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios;</li> </ul>	







Tabela 80. Estratégias para Riscos Mistos

RISCOS MISTOS		
	Designação dos Riscos	Estratégias de Mitigação
Relacionados com a Atmosfera	Incêndios Florestais/Rurais	<ul> <li>Campanhas de sensibilização junto dos proprietários para a limpeza dos terrenos;</li> <li>Implementar estratégias para que os incêndios quando deflagram sejam controlados, criando vias de acesso aos bombeiros maiores;</li> <li>Reforçar a vigilância dos territórios rurais, principalmente nas áreas de risco mais elevado;</li> <li>Criação de faixas de gestão de combustível;</li> <li>Programa Aldeia Segura Pessoas Seguras;</li> <li>Realização de Simulacros.</li> </ul>







#### 3. Programa de Medidas a Implementar para a Garantia da Manutenção da Operacionalidade do Plano

Os exercícios-tipo visam, de acordo com o objetivo para o qual estão direcionados, melhorar a mobilização e coordenação dos vários intervenientes em situações de emergência decorrentes de acidentes graves ou catástrofes de origem natural, tecnológica ou mista, testando comunicações, procedimentos, avaliando as falhas e mitigando deficiências ao longo do exercício, através da adoção de medidas corretivas e/ou preventivas. Os exercícios permitem igualmente a identificação de estrangulamentos nos sistemas, a que se deve atender com especial atenção.

Os tipos de exercício podem ser agrupados em dois tipos:

- LivEx exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno com homens e
  equipamento, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais e as capacidades de execução das
  entidades envolvidas;
- **CPX** exercício específico para pessoal de direção, coordenação e comando, permitindo exercitar o planeamento e conduta de missões e treinar a capacidade de decisão dos participantes.

De modo a garantir a permanente operacionalidade do PMEPCM e a validação dos pressupostos nele contidos, serão realizados exercícios com periodicidade máxima de dois anos (uma vez a cada dois anos), nos termos do disposto no n.º 3 do Art. 8º da Resolução 30/2015. Os exercícios poderão envolver o teste à totalidade ou apenas a parte do Plano e ser do tipo LivEx (exercício com meios no terreno) ou CPX (exercício de Posto de Comando).

Além disso, devem ser implementadas as seguintes medidas:

- Implementação de Sistemas de Monitorização, Alerta e Aviso dos principais riscos identificados em I-3 –
   Tipificação dos Riscos;
- Elaboração e Implementação de Planos Operacionais e/ou Planos Prévios de Intervenção para os principais riscos identificados em I-3 Tipificação dos Riscos;
- Ações de Sensibilização e Formação nos principais riscos identificados em I-3 Tipificação dos Riscos;
- Deverá ser realizada periodicamente ações de sensibilização e formação por parte dos Serviços de Proteção Civil as pessoas residentes.

Estas medidas, assim como todo o programa, devem ser orientadas para modelos práticos de aplicação no âmbito municipal, direcionado para os principais riscos identificados no presente documento.

